

POSITION PAPER

Democracia Substantiva na política, gestão, e acesso aos serviços de saneamento básico**A centralidade do conhecimento científico e da Política democrática na construção de uma sociedade mais humana, inclusiva e sustentável**

José Esteban Castro

Investigador Principal, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina, Emeritus Professor of Sociology, Newcastle University, Reino Unido.

esteban.castro@ncl.ac.uk

Introdução

Este texto tem por objetivo discutir alguns dos obstáculos e oportunidades centrais que enfrentam a política e a gestão dos serviços públicos essenciais de saneamento básico.

Dado o caráter sucinto do trabalho, o texto está organizado a partir de **5 Proposições** para estimular o debate. Trata-se de Proposições articuladas em torno a controvérsias concetuais, perguntas e achados de pesquisa, com ênfase em contradições entre mitos, crenças, falsas “verdades” (*fake “truths”*) e realidades empiricamente demonstráveis com respeito ao tema abordado.

Proposição 1

O estado da política, gestão, provisão e acesso aos serviços públicos essenciais de saneamento básico não é somente um indicador central do nível de “desenvolvimento”, mas, ainda mais importante, é um indicador do estágio do processo de democratização das sociedades.

Ciente das contradições e críticas legítimas e necessárias feitas à noção de “desenvolvimento” dominante, por exemplo no campo das políticas públicas e outras áreas de conhecimento e intervenção prática, neste texto desconsidero as concepções teleológicas do desenvolvimento como um processo “inevitável”, “linear”, intrinsecamente benéfico ou, como acontece

frequentemente, como sinônimo de “crescimento econômico” um dos vários reducionismos que permeiam a noção de “desenvolvimento” predominante, neste caso o reducionismo economicista. Em minha pesquisa, retomando a perspectiva do sociólogo alemão Norbert Elias sobre o tema, eu resgato o conceito de “desenvolvimento”, entendido como um processo resultante dos complexos entramados gerados pelas interdependências entre seres humanos, e que forma parte de processos de mudança social de longo prazo (ELIAS, 2012). Nessa perspectiva, o “desenvolvimento” corresponde ao tipo de mudanças sociais progressivas que implicam alguma forma de melhoramento das condições sociais, como no exemplo dos processos que Elias denominava “democratização funcional” que pressupõe mudanças nos balances de poder entre setores e classes sociais, que, no período histórico considerado por este autor, durante a transição das ordens sociais feudais à formação dos estados nação na Europa, particularmente tomando os exemplos de Grã-Bretanha, França, e Alemanha, se caracterizaram, segundo ele, por uma diminuição relativa das assimetrias de poder, em favor das grandes maiorias (*lb.*). Neste sentido, historicamente América Latina teve uma experiência muito limitada com relação ao processo de “democratização funcional” já que a região se caracteriza pela persistência de desigualdades estruturais extremas, de longo prazo, um processo que inclusive a independência de Espanha e Portugal¹, não só não resolveu, mas

¹ Em nome da brevidade do artigo, não menciono as formas neocoloniais e neoimperiais que se estabeleceram depois da independência dos países da região desde o Século XIX, mas que tem obviamente grande relevância para compreender em profundidade a influência dos “condicionantes sistêmicos e

“forças inerciais” que, em grande medida, determinam o ritmo e direção dos processos de democratização e desenvolvimento em nossa região, incluídos os processos relativos ao tema central deste artigo (CASTRO, 2012).

em muitos casos aprofundou como resultado dos processos que o sociólogo mexicano Pablo Gonzales Casanova, na década de 1960, denominou “colonialismo interno”(GONZALES CASANOVA, 2006) processo pelo qual as novas classes dominantes dos países “independentes” estabeleceram relações de dominação e exploração sobre as grandes maiorias, particularmente indígenas e afrodescendentes mas também sobre as classes trabalhadoras em geral. Por outra parte, o processo de mudança social progressiva nos países “desenvolvidos” tem sofrido severos retrocessos, como reflete Stephen Menell (2007), quem argumenta que o enorme retrocesso democrático acontecido globalmente desde a segunda parte do século XX pode ser entendido como um processo regressivo de “desdemocratização funcional” (MENELL, 2007), caracterizado pelo retrocesso dos avanços democráticos e o aprofundamento extremo das desigualdades em países como Estados Unidos e parte da Europa, um processo com graves impactos, particularmente nos países do “Sul global”. Assim, em contraste com outros tipos de mudança social (regressivos, ou neutros, sem direção clara), “desenvolvimento” pode-se entender como um processo de mudança social com uma clara direção no sentido de melhoramento das condições de vida da população, num marco de democratização da sociedade. Claramente, como indica uma ampla evidência empírica, com relação às condições de vida estritamente materiais, como por exemplo na provisão de infraestruturas para a provisão de serviços públicos essenciais de saneamento básico, esse tipo de melhoras podem inclusive acontecer num marco de processos político-sociais não democráticos, até autoritários, mas eu me refiro aqui a processos de desenvolvimento orientados pelos princípios e ideais da **democracia substantiva**, que prioriza a igualdade, a solidariedade, a inclusão e a luta contra toda forma de discriminação, contra as desigualdades estruturais, particularmente as qualitativas, quer dizer, não somente desigualdades conjunturais, mas as desigualdades de classe, de gênero, étnicas etc.) e pela expansão e o aprofundamento do exercício dos direitos (CASTRO, 2006, 2016).

Proposição 2

Desde a década de 1980, diversos programas lançados internacionalmente para

*resolver os gargalos que afetam a política, a provisão e o acesso aos serviços públicos essenciais de saneamento básico, tem experimentado uma série de **fracassos**, que, apesar de ser reconhecidos pelas instituições financeiras e de “desenvolvimento” internacionais (IFDIs) e outros atores relevantes envolvidos, continuam a ser minimizados, ignorados ou até negados, pelas mesmas instituições e atores, incluindo setores influentes do campo científico-acadêmico, entre outras razões por posições políticas, ideológicas e epistêmicas contraditórias e também pela defesa, ou, quando menos, a tolerância da influência negativa de interesses materiais que entram em conflito com os pressupostos da democracia substantiva.*

A história dos complexos processos que caracterizaram o desenvolvimento dos serviços públicos essenciais de saneamento básico nos países que lograram garantir o acesso a estes serviços à maioria da população, um logro que até depois do fim da Segunda Guerra Mundial, e, mais especificamente, até a década de 1960, em grande medida esteve circunscrito aos países mais avançados da Europa e aos Estados Unidos, é uma história marcada tanto pelos sucessos atingidos já na segunda metade do Século XX, assim como por fracassos recorrentes, contradições e retrocessos. Se trata de uma longa história, que, limitando nossa análise aos serviços públicos de grande escala, principalmente nas grandes cidades, se remonta até finais do Século XVIII, uma história bem documentada na que se destacam as experiências pioneiras de Inglaterra, França e os Estados Unidos. Chama muito a atenção o fato de que as lições fundamentais dessas experiências continuam a ser ignoradas ou até negadas, sobretudo com relação aos fracassos experimentados no caminho e às decisões políticas que foram necessárias para confrontar exitosamente os obstáculos. Considerando a série de fracassos experimentados em décadas recentes pelos projetos internacionais orientados a ampliar a provisão e o acesso a esses serviços, não deixa de preocupar a pobreza, falta de qualificação e recorrentes reducionismos, determinismos e ideologização predominantes nos debates sobre o tema. Para algumas pessoas, falar de “fracassos” nestes casos seria adotar uma posição “exagerada”, produto de um olhar que não consideraria os grandes esforços feitos e avanços logrados. Porém, longe de desconsiderar os logros e avanços, considero que o privilégio de estar

envolvido na produção de conhecimento científico num setor estratégico e de alta relevância social e política como é o da Política e a gestão da água e dos serviços de saneamento básico temos a responsabilidade ineludível de contribuir a desmontar falácias, mitos, e “falsas verdades” (*fake truths*), utilizando uma terminologia tristemente predominante em anos recentes), entre outros graves assuntos que impedem o avanço dos processos de democratização substantiva ou até causam seu retrocesso. Como argumentava Jean Piaget, o conhecimento científico avança por meio da construção de observáveis, fazendo observável o que ainda não tem sido descoberto, ou que permanece oculto ou invisibilizado (PIAGET, 1977). Portanto, considero que a linguagem que utilizamos deve evitar ambiguidades e transcender as barreiras da “diplomacia discursiva” que predomina nas esferas das IFDIs, do setor privado, de instituições de governo, ONGs etc. e que, frequentemente, também permeia a linguagem acadêmica.

Nesse contexto, quando falo de **fracassos** em décadas recentes, me refiro principalmente: 1) a Década Internacional da Água Potável e do Saneamento (1981-1990), que tinha o objetivo de que cada ser humano do planeta tivesse ao menos 40 litros de “água segura” para beber para 1990. Esse objetivo não foi atingido e, pelo contrário, em 1990, 17% da população mundial, 1.1 bilhão de pessoas, não tinha acesso à água “segura” para beber, e 40% da população mundial não tinha acesso a pelo menos alguma forma básica de coleta e disposição de excretas (CAMDESSUS, 2003:7; CASTRO, 2015:8), 2) os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), aprovados pela ONU no ano 2000 e ampliados em 2002, que, diante do fracasso dos objetivos da Década Internacional (1980-90), adotaram a meta, para o ano 2015, de reduzir pela metade a proporção da população mundial que em 1990 não tinha acesso aos serviços de saneamento básico, mas que, a pesar de avanços muito importantes e dos múltiplos anúncios públicos celebratórios, na prática, como explicamos em maior detalhe posteriormente, ficaram longe de serem atingidos (CASTRO, 2018) e, 3) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados em 2015, previstos para o ano 2030, e que incluem o Objetivo 6, “Água Potável e Saneamento”, que contempla a universalização do acesso a estes serviços em condições que garantam sua qualidade e acessibilidade, e para os quais o Brasil tem adotado um leque de

indicadores específicos (BRASIL, 2022). Lamentavelmente, com base em achados de pesquisa e de análises de dados sobre a situação que confrontam os países “menos desenvolvidos” (categoria que, utilizada com precisão, inclui a maior parte, se não a totalidade dos países de América Latina e o Caribe), cabe ressaltar que, nas condições socioeconômicas e políticas predominantes, objetivamente não existiriam possibilidades de sucesso para atingir os ODS para 2030 e, pelo contrário, o mais provável será um novo fracasso, como os já experimentados nas décadas prévias (CASTRO, 2019; METCALFE e CASTRO, 2020).

Proposição 3

*Esses fracassos recorrentes não podem ser explicados, como frequentemente acontece, a partir de reducionismos e determinismos físico-naturais, economicistas, tecnocêntricos, burocrático-legais ou por falsas verdades” (fake truths), mitos e outros mecanismos utilizados para continuar promovendo políticas falidas que são responsáveis pela série de **fracassos** sofridos desde a década de 1980, políticas que não respondem aos interesses, necessidades e direitos dos setores sociais excluídos do acesso à serviços públicos essenciais de qualidade como os de saneamento básico, e atentam contra os processos de **democratização substantiva**.*

O reducionismo físico-natural, ou a sociogênese da escassez de água

Citando o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, em sua pesquisa sobre as causas das fomes que matam milhões de seres humanos, um problema análogo a, e estreitamente relacionado com nosso tema,

A escassez é a característica de que as pessoas não têm suficiente [...] não é a característica de que não exista suficiente. Em tanto que o último pode ser causa do anterior, se trata[somente] de uma de muitas causas [possíveis] (SEN, 1981: 1, *apud* CASTRO, 2006:171).

A partir desse e de outros estudos, Sen desenvolveu uma série de trabalhos já clássicos sobre o problema da desigualdade como causa explicativa mais sólida e empiricamente verificável que o repetido argumento da escassez físico-natural para casos de catástrofes socio-naturais

como as fomes e ou as secas. O argumento de Sen citado acima é resultado da verificação empírica de um processo que podemos denominar, tomando um conceito clássico de Norbert Elias (ELIAS,1994), a “sociogênese” da escassez, em nosso caso, da escassez de água. Não se trata de negar a importância das condições físico-naturais, por exemplo as que caracterizam as regiões áridas e semiáridas do planeta. O importante é reconhecer que essas condições não têm primazia teórica nem empírica na explicação da falta de acesso aos serviços de saneamento básico e à água como bem natural. Existe uma abundante evidência empírica, de longa data, que demonstra a existência de regularidades marcadas pela discrepância entre a disponibilidade de fontes de água e os padrões de provisão e acesso aos serviços de saneamento básico (SWYNGEDOUW, 1997). Por exemplo, pode-se mencionar um estudo comparativo realizado a início da década de 1990 no México entre cidades localizadas em áreas semidesérticas, como Ciudad Juárez, Estado de Chihuahua, na fronteira com Estados Unidos, onde, apesar das condições desfavoráveis de disponibilidade de fontes de água, a cobertura do serviço público de água era superior ao 90% da população, e cidades localizadas nas áreas de maior abundância de fontes de água do país, como Tuxtla Gutiérrez, a capital do Estado de Chiapas, onde, a pesar da favorável disponibilidade hídrica regional, a cobertura do serviço de água era inferior ao 50% da população (CASTRO, 2006:17-18). Estes exemplos podem ser facilmente multiplicados, já que situações semelhantes continuam a afetar a maioria dos países no “Sul Global”.

A desmitificação do reducionismo economicista-privatista e tecnocêntrico.

Os argumentos da falta de acesso a tecnologias adequadas e de força de trabalho idônea para sua utilização, assim como a falta de recursos para cobrir os investimentos requeridos, particularmente nos países “menos desenvolvidos”, têm também sido utilizados com frequência como sendo a causa dos fracassos recorrentes em atingir a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico assim como para produzir *fake truths* para justificar políticas regressivas que têm graves impactos, como as políticas de privatização e mercantilização da água em geral e dos serviços de saneamento básico em

particular.

A repetição recorrente dos mesmos argumentos falaciosos demonstra o fundamento ideológico das políticas promovidas pelas instituições financeiras e de “desenvolvimento” internacionais (IFDIs), em aliança com empresas multinacionais e outros representantes de interesses econômicos concentrados. Esse caráter ideológico predominante nega e tenta ocultar a evidência empírica sobre este tema, a qual demonstra que as tecnologias básicas requeridas para fornecer serviços de saneamento básico seguros existem pelo menos desde a segunda metade do Século XIX, graças aos grandes avanços científicos e tecnológicos, entre outros nos campos da química, a física, a mecânica, a geohidrologia, e as engenharias, incluindo a engenharia sanitária (GOUBERT, 1989). Desde então, ao longo do Século XX e até o momento de escrever este texto já na segunda década do Século XXI, o desenvolvimento tecnológico, incluindo a formação de trabalhadores especializados nesta área, tem continuado a evoluir e alcançar níveis crescentemente mais elevados de excelência e sofisticação. Na prática, o fato de que a falta de tecnologia não é um fator explicativo relevante para os fracassos experimentados tem sido reconhecido também, de algum modo contraditoriamente, por representantes das mesmas instituições internacionais referidas. Um exemplo destacável é o Relatório “Financiando Água para todos”, coordenado pelo ex Diretor do Fundo Monetário Internacional (1987-2000), Michel Camdessus, que foi apresentado em 2003 no Terceiro Foro Mundial da Água em Quioto, Japão (CAMDESSUS, 2003), cujo conteúdo está em linha com as políticas promovidas pelas IFDIs, entre outros atores, incluindo o Conselho Mundial da Água, representante das grandes empresas multinacionais que operam no setor da água e organizador dos Foros Mundiais da Água. Argumentando sobre os obstáculos e possibilidades para cumprir os ODM para 2015, o Relatório afirmava então (2003) que “os objetivos de 2015 podem ser atingidos utilizando os padrões de serviço e tecnologia mais básicos [...]. Falando em termos gerais, a tecnologia é bem conhecida e descomplicada” (CAMDESSUS, 2003: 3, 8). O relatório também reconhece, indiretamente, a falácia dos argumentos utilizados desde a década de 1990 em nível global para promover a privatização massiva de serviços públicos essenciais, que supostamente iria a

“desbloquear” investimentos privados para atingir os objetivos de expansão do acesso, investimentos que, também supostamente não podem ser feitos pelo Estado (outra *fake truth*). Pelo contrário, o “Relatório Camdessus” abertamente declara que os investimentos devem ser feitos pelo setor público ou pelos próprios usuários:

A capacidade do setor da água para autofinanciar investimentos tem tido pouca mudança. Numa importante revisão de seus projetos de saneamento básico, o Banco Mundial conclui que “a sustentabilidade financeira dos provedores de serviços e a mobilização de recursos para o desenvolvimento do setor [...] continuam a ser objetivos esquivos”. De fato, a medida de sustentabilidade financeira utilizada pelo Banco foi levemente pior em 1999 do que foi em 1990 [...]. O financiamento privado internacional e os empréstimos da banca comercial e de investimento, que nunca foram grandes, tem sofrido um declínio geral dos fluxos de financiamento privado, desde o auge experimentado em 1996-7. Os bancos comerciais são agora muito mais cautelosos para outorgar empréstimos aos mercados emergentes que antes de 1996. E o grupo de empresas privadas [do setor] que tem recursos e vontade para investir em projetos de saneamento básico em outros países encolheu, em tanto que o resto dessas empresas ficaram avessas ao risco[...].

A experiência dos últimos 15 anos pode ser resumida assim: [...] comparado com outros tipos de infraestrutura, o setor da água tem sido o menos atrativo para os investidores privados, e os investimentos envolvidos têm sido os menores[...]. É impossível fugir da conclusão de que o setor da água em nível global está numa condição desastrosa (CAMDESSUS, 2003:7-8).

Outro exemplo destacável daquele período é o Relatório do Desenvolvimento Mundial de 2004 “Fazendo que os serviços trabalhem para as pessoas pobres”, (*World Development Report 2004. Making Services Work for Poor People*), publicado pelo Banco Mundial em 2003, onde, de certo modo, se reconhece o fracasso do enfoque privatista que tinha sido promovido na década de 1990 como solução aos problemas dos serviços públicos essenciais, incluído o saneamento básico. O Relatório afirmou que é incorreto concluir que o governo deveria se retirar e deixar tudo ao setor privado. [...] Se os indivíduos são

deixados a resolver as coisas por seus próprios meios, eles não fornecerão os níveis de educação e saúde que coletivamente desejam ter. [...] isto não é somente certo na teoria, mas na prática nenhum país tem atingido melhoras significativas em mortalidade infantil e em educação primária sem envolvimento do governo. Além disso, a participação do setor privado ou das ONGs em saúde, educação e infraestrutura não está livre de problemas, – especialmente quando se trata de estender os serviços às pessoas pobres. Claramente, a posição extrema não é desejável (WORLD BANK, 2003: 10-11, *apud* CASTRO, 2016c:32).

Esse reconhecimento do fracasso teve múltiplas manifestações, incluindo o exemplo da ex vice-presidente de Infraestrutura e Desenvolvimento do Banco Mundial, Katherine Sierra quem representou ao Banco no Quarto Foro Internacional da Água de 2006, que teve lugar na Cidade do México. Sierra reconheceu publicamente que o argumento das IFDIs e outros atores de que o investimento privado seria a solução para resolver os problemas dos serviços de saneamento básico tinha sido errado. Ela afirmou que o Banco Mundial tinha “acreditado” que o setor privado iria fazer investimentos nos anos 1990, mas que isso não aconteceu na escala esperada e que “sempre o peso do investimento em água tem que ser fornecido pelo setor público [...] dada a magnitude dos recursos necessários” (SIERRA, *apud* CASTRO, 2013:5).

No entanto, apesar desses reconhecimentos do fracasso, os mesmos argumentos e políticas continuam a ser defendidos e promovidos, como se nada tivesse acontecido, como ilustra o relatório “Mapeando nosso Futuro Hídrico. Enquadramentos econômicos para a tomada de decisões” (*Charting Our Water Future. Economic frameworks to inform decision-making*) publicado em 2009 pelo Grupo de Recursos Hídricos 2030, formado pela Corporação Financeira Internacional (IFC), parte do Banco Mundial, McKinsey & Company, The Coca-Cola Company, Barilla Group, New Holland Agriculture, Nestlé, SABMiller plc, Standard Chartered Bank e a multinacional de agronegócios Syngenta AG (THE 2030 WATER RESOURCES GROUP, 2009). O relatório, marcadamente economicista-privatista e tecnocêntrico, é muito claro ao respeito de seus objetivos centrais e prioridades, que estão longe de ser os interesses, necessidades e direitos da população que ainda não tem acesso à serviços de saneamento básico ou às fontes de água para

usos essenciais. Na seção intitulada “Caminhos para o setor privado”, argumenta que

medidas para fechar a lacuna entre oferta e demanda de água que beneficiem aos usuários finais hoje representam uma oportunidade para o setor privado. [...] Intervenções de políticas públicas de parte dos governos, podem gerar oportunidades economicamente atrativas para o setor privado e, dessa forma, desbloquear novos investimentos. [...] A inovação na tecnologia da água – em todas as atividades – pode ter um papel muito importante em fechar a lacuna entre oferta e demanda (THE 2030 WATER RESOURCES GROUP, 2009:101-2).

No que diz respeito ao saneamento básico, esse posicionamento repete os argumentos falaciosos e “falsas verdades” já reconhecidos como falidos pelas IFDIs, o que é produto da ideologização extrema do debate e a defesa de interesses políticos e econômicos que dão prioridade à acumulação privada de lucros acima dos interesses, necessidades básicas e dos direitos das populações, o que violenta, obstrui e faz retroceder os processos de democratização substantiva das sociedades.

Nesse sentido, cabe reiterar enfaticamente, como já argumentamos previamente, que, apesar dos avanços logrados, e além dos discursos oficiais, os ODM previstos para 2015, não foram atingidos e, objetivamente representam outro fracasso. Os dados oficiais mostraram que 11 países da América Latina e Caribe (50%) não atingiram o objetivo para “água melhorada” entanto que 19 países não atingiram a meta de esgotamento sanitário (CEPAL, 2015: 65). Quando aspectos como a qualidade da água consumida e outros são considerados, os relatórios oficiais reconhecem a gravidade do problema. De fato, esses relatórios mostram que até nos países que formalmente (estatisticamente) atingiram os ODM, quando se observam detalhadamente os resultados, se confirma que a situação piorou para os setores historicamente excluídos do acesso aos serviços (teoricamente os que iam se beneficiar dos ODM). Como indicou um relatório conjunto da OMS e UNICEF sobre a performance dos ODM,

O progresso dos ODM em saneamento básico frequentemente tem incrementado a desigualdade, porque tem beneficiado principalmente a população de alta renda [...]. Intervenções que não têm um foco de

equidade podem exacerbar a desigualdade, fracassando em atingir aos subgrupos mais desfavorecidos. Sem dar atenção específica aos grupos marginalizados ou vulneráveis, é possível melhorar as médias nacionais ainda quando no interior dos países se incrementa a desigualdade (WHO-UNICEF,2014: 6, 38).

Interpelando as falácias do determinismo e reducionismo economicista-privatista e tecnocêntrico

É importante lembrar aqui que as políticas e reformas promovidas pelas IFDIs e outros atores, já desde a década de 1970, tiveram como objetivo a instalação de um regime neoprivatista de política e gestão da água e dos serviços de saneamento básico (e dos serviços públicos essenciais em geral). No caso da água e dos serviços de saneamento básico, esse processo de reformas teve como objetivo introduzir e consolidar nos países de América Latina e o Caribe o “modelo chileno” de mercantilização e privatização da água inicialmente estabelecido durante a Ditadura do General Augusto Pinochet (1973-1981) que seria posteriormente consolidado no marco de governos democraticamente eleitos durante a década de 1990, o modelo privatista mais extremo em nível global, que, inclui a conversão das próprias fontes de água em propriedade privada (FLORES FERNANDEZ, 2020), algo que sequer os governos privatistas de Margaret Thatcher e Ronald Reagan conseguiram implementar no Reino Unido e nos Estados Unidos (CASTRO,2005; 2016c).

Nesse contexto, sobretudo a partir da década de 1990, a suposta “incapacidade” do Estado para fornecer recursos econômico-financeiros, tem sido, e continua a ser um dos argumentos mais repetidos, não só para tentar explicar os recorrentes fracassos, mas também para justificar a implementação de políticas públicas com graves consequências em nível internacional, notoriamente as políticas neoliberais de des- e re-regulação, mercantilização e privatização dos serviços de saneamento básico. A desmitificação desses argumentos tem sido desenvolvida consistentemente por numerosos autores e autoras (BAKKER, 2004; CASTRO, 2007, 2008, 2013, 2015; HALL e LOBINA, 2016a;2016b; SWYNGEDOUW, 2012, entre outros), e a sua incongruência com a realidade tem sido reconhecida até pelas instituições que continuam a promover essas políticas, como foi demonstrado na seção anterior.

Quero destacar aqui um relatório que, apesar de sofrer das mesmas contradições, reducionismo e determinismo ideológicos, apresenta achados de pesquisa relevantes a nosso argumento. O relatório, publicado pelo Banco de Desenvolvimento de América Latina (CAF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no ano 2015, inclui projeções estimadas do custo de atingir ODS6 (saneamento básico) para 2030.

O estudo estimou (com base em dados de 2010), que os países de América Latina e Caribe necessitavam investir 0.3% do PIB total da região entre 2010 e 2030, uma média anual de 12.5 bilhões de dólares (Tabela n.1), incluindo não só os custos da expansão de redes, mas também sua reparação e manutenção, assim como a procura de novas fontes de água para atender o esperado incremento da demanda.

Tabela. 1. Estimação do Investimento total e média anual, requerido no setor de saneamento básico em América Latina e o Caribe, 2010–2030, em bilhões de dólares.

Subsetor	Investimento Total	Média Anual de investimento	Metas para 2030
Água para consumo	45.4	2.27	100 % cobertura
Esgotamento sanitário	79.4	3.97	94% cobertura
Tratamento de águas residuais	33.2	1.66	64% tratamento
Drenagem	33.6	1.68	85 % áreas urbanas
Regularização de conexões dos usuários de água e esgotamento sanitário	30.5	1.52	50% redução de conexões irregulares, 20 milhões de moradias
Fontes de água	27.1	1.35	100% da demanda prevista
Total	249.2	12.45	

Fonte: Adaptado de CAF-BID (2015: 24 *apud* CASTRO, 2019:58).

O relatório reconhece que o investimento de 0.3% do PIB regional durante o período estimado “é realista”, também porque muitos países da região já estavam investindo percentagens ainda mais elevadas nos serviços de saneamento básico quando a pesquisa teve lugar (*Id.*).

No entanto, o argumento da falta de recursos econômico-financeiros continua a ser utilizado, inclusive nesse relatório, para promover a privatização direta ou encoberta (por exemplo por meio de “parcerias público-privadas” - PPPs) e outros mecanismos também reconhecidos como falidos pelas próprias instituições que os promovem (HALL, 2015).

Uma nota adicional sobre a falácia do argumento tecnocêntrico.

Retomando a falácia do argumento tecnocêntrico, se a tecnologia para universalizar o acesso aos serviços essenciais de saneamento básico tem existido por mais de um século, é bem conhecida e, nas palavras do Relatório Camdessus já citado, é “descomplicada”, por que os ODM não só não foram atingidos, mas em muitos casos a situação de falta de acesso ao saneamento básico tem piorado e existem dúvidas bem justificadas sobre a factibilidade de atingir os

novos ODS em 2030? Neste ponto, é importante incluir aqui brevemente um reconhecimento das contradições e debates críticos existentes sobre a questão “tecnológica” com relação a nosso tema. Quero ressaltar aqui algumas contradições e debates existentes sobre o “paradigma tecnológico” dominante, em particular, que o fato de que as tecnologias básicas sejam bem conhecidas, estejam disponíveis e sejam relativamente “descomplicadas”, não deve ocultar os questionamentos de longa data sobre a efetividade e relevância da transferência dessas tecnologias, originalmente desenvolvidas no “Norte”, para o “Sul” como resposta para resolver a crise dos serviços de saneamento básico nos países “menos desenvolvidos”, já que o paradigma tecnológico dominante, centrado em grandes obras de infraestrutura e com um foco predominantemente urbano, tem sido severamente criticado e considerado como insuficiente ou até inadequado para dar solução aos problemas de falta de acesso ao saneamento básico no “Sul Global” (BRAADBAART, 2012). Neste ponto é também necessário destacar a importância da emergência de “inovações sociotécnicas”, muitas das quais, sem romper necessariamente o vínculo com as tecnologias clássicas, tem contribuído significativamente para

desenvolver adaptações e alternativas, a partir de uma crítica ao reducionismo e determinismo tecnocêntricos prevalentes, como ilustram diversas experiências incluindo, notoriamente, casos de Brasil, Colômbia e outros países na América Latina, como o sistema de Saneamento Condominial, o Saneamento Integrado, o Sistema Integral de Saneamento Rural, ou os sistemas de saneamento básico comunitário em zonas rurais e pequenas áreas urbanas². Um componente central destas “inovações sociotécnicas” é o reconhecimento da centralidade da dimensão sociopolítica, contribuindo a uma compreensão mais aprofundada da multidimensionalidade da complexidade socioecológica envolvida na Política e a gestão da água e dos serviços públicos essenciais de saneamento básico, incluindo o papel que corresponde ao Estado no financiamento e na provisão de apoio técnico e logístico, assim como, particularmente, a importância da participação comunitária e cidadã e do controle social democrático para garantir maiores possibilidades de sucesso e sustentabilidade dos projetos de universalização do acesso aos serviços públicos essenciais, um tema também sujeito a fortes críticas e debates, que requer um tratamento específico (CASTRO, 2016a).

A insuficiência explicativa dos argumentos do reducionismo burocrático-legal

Para completar a **Proposição 3** esta seção considera brevemente outros argumentos rotineiramente utilizados para explicar a “crise” dos serviços de saneamento básico que apontam aspectos como legislação inadequada, falta de regulação e ou problemas de gestão que na literatura sobre o tema são frequentemente referidos como “crise de governabilidade”. Estes argumentos estão estreitamente conectados com

os debates considerados previamente e marcados pelo mesmo reducionismo economicista-privatista e orientados pelas mesmas cargas ideológicas e interesses materiais (que não são os da população ainda carente de serviços essenciais). Nas palavras do Relatório Camdessus antes citado, “Defeitos sérios na ‘governabilidade’ do setor da água em nível global atrapalham a sua capacidade para gerar e atrair financiamento” (Camdessus, 2003: 9). Como já temos discutido em maior detalhe em outros trabalhos, o tema da “crise” ou dos “defeitos da ‘governabilidade’ se tornou um argumento central das IFDIs para promover políticas neoliberais, sobretudo a privatização e mercantilização dos serviços públicos essenciais, onde as PPPs e outros mecanismos similares receberam centralidade diante dos fracassos das formas “diretas” de privatização promovidas nas décadas de 1980 e 1990 (CASTRO, 2005, 2007).

No entanto, na maioria dos países de América Latina, a evidência indica que as imperfeições, carências e vácuos legal-burocráticos, embora sejam significativos e requeiram soluções urgentes, tampouco fornecem explicações satisfatórias para os recorrentes **fracassos**. Por uma parte, as reformas institucionais promovidas desde as décadas de 1970-1980, que foram aceleradas desde a década de 1990 na maioria dos países de América Latina e o Caribe assim como também em países d África, Ásia e Europa³ e que, na América Latina, incluíram reformas constitucionais⁴, tiveram como eixo estratégico desmantelar o modelo de financiamento e gestão públicos dos serviços essenciais, incluindo a gestão da água e dos serviços de saneamento básico.

Como já discutimos nas seções prévias, as políticas neoliberais promovidas pelas IFDIs e outros atores relevantes desde as décadas de 1970-1980 foram um fator central dos fracassos em atingir as metas da Década Mundial da Água

2 Considerados no Projeto DESAFIO (Democratização da Governança dos Serviços de Água e Esgotos por Meio de Inovações Sociotécnicas), projeto financiado pela União Europeia (DESAFIO 2013-2015), que no Brasil contou com a participação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), além de organizações da sociedade civil e de empresas públicas como a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), e cujo relatório final oferece uma síntese crítica dos achados de pesquisa sobre estas experiências (CASTRO, 2015) Não menciono, por falta de espaço, outras inovações sociotécnicas de alta relevância para este tema, como a coleta de água de chuva com liderança de instituições da sociedade civil, apoio do Estado e participação comunitária, entre outras (GOMES *et al.*, 2015; CASTRO e SAURI, 2020).

3 Considerados no Projeto PRINWASS (Barriers to and conditions for the involvement of private capital and enterprise in water supply and sanitation in Latin America and Africa: Seeking economic, social, and environmental sustainability (2001-2004), que no Brasil teve participação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (CASTRO, 2016c).

4 Um caso notável é a reforma constitucional Mexicana de 1992, que mudou o histórico Art.27 sobre a propriedade da terra e da água, originalmente promulgado na Constituição de 1917, surgida da Revolução mexicana (CASTRO, 2006). Reformas similares foram realizadas na década de 1990 em vários países da região, frequentemente com apoio de assessores chilenos.

(1980-1990) e dos ODM (2015). Porém, a responsabilidade do projeto de reformas neoliberais nos fracassos mencionados, não deve apagar o fato de que, quando consideramos seus **objetivos políticos**, esse projeto global promovido com mitos, falácias, *fake truths* e, inclusive, como no caso de Chile e outros países, imposto por meio de ditaduras militares e governos autoritários, tem sido muito **bem-sucedido** em vários aspectos que requerem atenção pelas suas implicações presentes e futuras.

Proposição 4

*As reformas institucionais e as políticas promovidas para instalar um regime neoprivatista de Política e gestão da água e dos serviços de saneamento básico iniciadas com a implantação do projeto piloto testado no Chile durante a Ditadura de Augusto Pinochet (1970-1981), tiveram uma forte expansão nos países de América Latina e Caribe desde a década de 1980 e, particularmente a década de 1990. Apesar de sua responsabilidade pelos sucessivos fracassos discutidos nas seções prévias, o projeto político que inspirou essas reformas e políticas públicas teve **grande sucesso** na instalação e consolidação dos fundamentos estratégicos do regime neoprivatista na região. Esses fundamentos estratégicos operam hoje como **condicionantes sistêmicos** e como **forças inerciais** que exercem grande influência sobre a formulação e implementação de políticas públicas e, em grande medida, também sobre o debate público e até sobre a produção de conhecimento sobre o tema.*

Apesar do fracasso dessas políticas, publicamente reconhecido pelas próprias instituições que as promoveram e, como demonstra o retorno massivo ao setor público de muitas empresas de saneamento básico que tinham sido privatizadas na década de 1990 África, Ásia, Europa e América Latina (BAKKER, 2004; CASTRO, 2005, 2007, 2008, 2013, 2016c; HALL, 2015)⁵, o projeto político que inspirou essas reformas e políticas públicas **teve grande sucesso** na instalação e consolidação dos

fundamentos estratégicos do regime neoprivatista na região, criando uma infraestrutura legal-institucional que atua como um dos principais **condicionantes sistêmicos** que ditam as “regras do jogo” que determinam o conteúdo, objetivos e mecanismos da política e a gestão da água e dos serviços de saneamento básico. Além do impacto desses condicionantes sistêmicos em nível legal-institucional, o grande **sucesso** do projeto político neoprivatista se evidencia pelo conjunto de dinâmicas promovidas e que se tem convertido em **forças inerciais** que atuam com relativa autonomia da vontade, determinação e inclusive, em muitos casos até da compreensão dos atores que têm a seu cargo a formulação e implementação de políticas públicas no setor (CASTRO, 2012). Esse sucesso do projeto político neoprivatista explica, por exemplo, que inclusive atores políticos progressistas, formalmente comprometidos com os processos de democratização e da expansão de direitos, frequentemente, na prática toleram ou até promovam políticas privatistas que têm graves consequências para nossas sociedades, como as PPPs ou a mercantilização da provisão dos serviços públicos essenciais em mãos de empresas nominalmente públicas. Desse modo, contraditoriamente, apesar de que as próprias IFDIs têm reconhecido as falácias do reducionismo e o determinismo economicista-privatista e seus fracassos, muitos dos mitos, *falácias fake truths* criados e difundidos globalmente por elas desde a década de 1970, como as reconhecidas *fake truths* de que o Estado é, por natureza, ineficiente e incapaz de financiar os investimentos necessários, que, pelo contrário, o setor privado é inerentemente eficiente e vai fazer os investimentos requeridos, ou que o mercado pode funcionar de modo autorregulado e deve ser liberado do controle do Estado, hoje formam parte do vocabulário e do “sentido comum” de nossas elites especializadas no campo das políticas públicas, também porque muitos dos membros dessas elites foram formados em instituições acadêmicas que compartilham os objetivos políticos do projeto privatista, ou, quando menos, não têm uma posição suficientemente crítica desses processos.

⁵ Além disso, desde 2019, devemos acrescentar o projeto promovido por movimentos sociais, atores políticos progressistas, e acadêmicos críticos, de cancelar o “modelo chileno” privatista de política e gestão da água e sua substituição por um modelo centrado no reconhecimento da água como bem comum, e dos serviços de saneamento básico como um Direito Humano. Para um debate aprofundado e bem-

informado deste projeto que está sendo implementado no Chile ao momento de escrever este artigo, assistir os vídeos completos das sessões e entrevistas realizadas com atores chave desse processo durante a X Reunião internacional da Rede WATERLAT-GOBACIT, que teve lugar na Universidad de Concepción, Chile em outubro de 2019 (WATERLAT-GOBACIT, 2019).

Entre vários exemplos do impacto desses condicionantes sistêmicos e forças inerciais neoprivatistas que, em grande medida, influenciam a formulação e implementação de políticas públicas relacionadas com a Política e a gestão da água e dos serviços de saneamento básico, se destaca o predomínio de vocabulários que reproduzem e constroem mitos e falsas verdades que passam a formar parte do sentido comum, inclusive na academia especializada, por exemplo a referência frequente à gestão e provisão de serviços públicos essenciais, inclusive por empresas nominalmente “públicas”, como um “negócio” e já não mais como um “bem público” ou “bem social” ou um “direito de cidadania”, conceitos que emergiram no contexto dos projetos políticos que permitiram atingir a cobertura universal de serviços essenciais na Europa e nos Estados Unidos antes da emergência do neoprivatismo nas décadas de 1970-1980. No vocabulário hoje dominante, imperam os reducionismos economicista-privatista e tecnocêntrico, onde as fontes de água são conceitualizadas como “recurso hídrico” ou como um “ativo financeiro” (listado na bolsa de valores de Wall Street ou outras) o que também acontece com algumas empresas “públicas” de serviços de saneamento básico. Conceitos (e políticas) como os de “subsídio” ou “investimento social” foram demonizados e substituídos para instituir as “regras de jogo do mercado”, nas que predominam a “recuperação total de custos” (incluído o lucro empresarial) e a interrupção do serviço ainda a quem legitimamente não tem condições de pagar. Igualmente, o conceito de “direito social de cidadania” aos serviços essenciais foi abandonado ou, no melhor dos casos, reduzido ao “direito do consumidor” ou “direito do cliente”, como corresponde se os serviços essenciais deixam de ser um direito e viram um “negócio”.

No contexto herdado do **sucesso** do projeto neoprivatista, foi também “exorcizado” o debate sobre Política da água e dos serviços essenciais, e instalado em seu lugar um debate sobre a “governabilidade”, definida como uma “parceria” tripartite entre o “Estado”, o “mercado” e a “sociedade civil”, “parceiros” que, supostamente, têm capacidades e poderes equivalentes, conceito do qual emergiu também a noção de PPPs, que, convenientemente, oculta a enorme assimetria de poder existente entre os pretendidos “parceiros”(CASTRO, 2007).

Neste contexto, a enorme complexidade socioecológica que caracteriza a Política e a

gestão da água e dos serviços essenciais é frequentemente reduzida a uma relação entre serviços e “recursos” e o tema crucial da **democracia substantiva**, incluindo o confronto das **desigualdades sociais estruturais** e a defesa dos direitos, é desconsiderado, negado ou dissimulado em debates despolitizados e sem sujeitos, que tendem a invisibilizar as injustiças socioecológicas e as **relações causais entre destruição ecológica e injustiça e desigualdade** no acesso aos bens e serviços essenciais. Por falta de espaço, apenas menciono brevemente aqui os graves impactos das múltiplas formas do extrativismo e da exploração não controlada dos bens naturais, inclusive as fontes de água reduzidos a “recursos” subordinados ao papel de insumos para os processos de acumulação privada de lucro.

No entanto, apesar do relativo adormecimento e silenciamento causados **pelo sucesso** do projeto político neoprivatista em estabelecer as regras do jogo, incluindo o marco e o vocabulário discursivo predominantes nas políticas públicas, não é possível ocultar o sol com as mãos. As graves consequências dos **fracassos** desse projeto político são inocultáveis e formam parte agora dos **condicionantes sistêmicos** que confrontam não só a Política e a gestão da água e dos serviços públicos essenciais de saneamento básico, em particular, mas também, num olhar mais abrangente, o próprio **processo de democratização substantiva** de nossas sociedades.

Neste sentido, em vários relatórios recentes, a CEPAL vem alertando sobre os grandes obstáculos e desafios que podem também levar ao fracasso dos ODS previstos para 2030.

Um desses relatórios já indicou em 2018 que “apesar de que entre 2002 e 2014 América Latina e o Caribe tiveram grandes avanços na redução de desigualdades e da pobreza extrema, tirando 65 milhões de pessoas da pobreza e outros 15 milhões da pobreza extrema, desde 2015 o progresso se estancou, se reverteu, e, em alguns casos, os ganhos foram perdidos” (CEPAL, 2018:15). O mesmo relatório, analisando os desafios que se enfrentam para atingir os ODS, alerta que “todo esforço significativo para reduzir a desigualdade vai demandar a eliminação de todas as formas de discriminação, o que é particularmente importante com relação aos aproximadamente 46 milhões de indígenas e 130 milhões de afrodescendentes de América Latina e Caribe, muitos dos quais moram em áreas rurais e

comunidades urbanas marginalizadas” (CEPAL, 2018:15). No entanto, em grande parte da região, a discriminação e as desigualdades estruturais têm-se agravado em forma extrema nestes últimos anos, como alertou Alicia Bárcena, ex-secretária Executiva da CEPAL em sua Conferência de despedida da instituição em março de 2022:

A desigualdade define a nossa região, é injusta, ineficiente, e conspira contra o desenvolvimento sustentável. Isso é refletido principalmente nos níveis de pobreza e pobreza extrema, que em 2020 aumentaram por sexto ano consecutivo. Para 2021, apesar da recuperação, se projeta um retrocesso de 27 anos com aumento da pobreza extrema (à 86 milhões de pessoas) e o risco de fome (BARCENA, 2022).

Esse enorme retrocesso experimentado nos últimos anos na região certamente ameaça nos conduzir a um novo fracasso no que respeita aos ODS-2030, para cuja conquista temos somente **8 anos**, a partir do momento de escrever este artigo. Mas, sem minimizar a centralidade dos ODS, o mais grave é que o processo regressivo causado pelo projeto político neoprivatista está estreitamente relacionado com o processo de **desdemocratização funcional** (Mennell, 2007), que também afeta gravemente a nossa região.

Proposição 5

*A democratização da Política e a gestão da água e dos serviços de saneamento básico é um componente estrutural do processo de **democratização substantiva** da sociedade. Esse processo consiste na simultânea expansão e aprofundamento dos direitos das pessoas e a redução das desigualdades estruturais, de classe, gênero, étnicas, etárias etc. A luta pela democratização substantiva de nossas sociedades requer mudanças radicais (no sentido de ir até a raiz dos problemas), que incluem a rejeição do regime neoprivatista predominante e sua substituição por um regime fundado nos princípios da igualdade, a inclusão, a solidariedade, o respeito aos direitos trans específicos, que transcendem os direitos estritamente “humanos”, e reconheçam a enorme complexidade socio-natural que caracteriza a vida no planeta.*

Aprendendo das lições históricas referidas no artigo, esse processo de democratização

substantiva, que, claramente, é eminentemente político, requer novas alianças entre as forças sociais comprometidas com esses objetivos e princípios, e a recuperação do papel central do conhecimento científico, numa perspectiva transdisciplinar que reconheça a validade das diversas formas de conhecimento e tenha como objetivo o fortalecimento do projeto de preservar a vida no planeta e a construção de sociedades mais humanas, inclusivas e sustentáveis. Na verdade, isto significa resgatar e atualizar, em correspondência com os desafios que confrontamos no Século XXI, os melhores legados da história humana recente.

Como argumentou faz seis décadas o ex Diretor Geral da UNESCO Vittorino Veronese em seu Discurso Inaugural do Simpósio Internacional sobre Os Problemas da Zona Árida em 1962,

O problema, por tanto, não é o decidir o que a ciência moderna pode lograr, já que sua capacidade parece não ter limites num sentido material, mas tentar direcioná-la ao serviço dos seres humanos, de toda a humanidade. Uma rápida olhada ao presente estado do mundo revela imediatamente problemas agonizantes de miséria, fome, pobreza e ignorância, que dão lugar a injustiças e geram tensões cuja remediação sem mais demora é do interesse de todas as pessoas. Seguramente nossa ciência que tudo conquista poderia dedicar suas principais energias a dar solução a esses problemas. Ao mesmo tempo que abre novos horizontes à imaginação dos seres humanos, a ciência deve também se concentrar nas tarefas possivelmente menos inspiradoras, mas igualmente vitais de suprir as necessidades materiais dos seres humanos. [...] Atualmente se aceita que nenhuma pessoa e nenhum país podem-se tomar o direito de ignorar o que está ocorrendo no mundo. Consequentemente, toda aquela pessoa que pode contribuir a resolver os problemas do presente se encontra sob a obrigação de fazê-lo, tanto pelo seu interesse pessoal como pelo interesse de outros. se trata de uma vasta empresa de cooperação internacional e solidariedade científica (UNESCO, 1962: ix-x).

Essas palavras, pronunciadas em 1962, refletem nitidamente o impacto negativo das políticas predominantes nas últimas décadas, já que a situação atual, ou tomando emprestadas as

palavras de Veronese, “o que está ocorrendo no mundo” hoje na segunda década do Século XXI, mostra um grande retrocesso, resultado do aprofundamento e a expansão das desigualdades estruturais interseccionais, as injustiças, e os processos de desdemocratização.

Conclusões

Aprender das lições do passado, recuperar o melhor do legado da história humana de séculos recentes e transcender esse legado requer projetos Políticos superadores, sustentados numa recuperação do papel do conhecimento científico e das instituições públicas democráticas e sua subordinação ao objetivo de preservar a vida no planeta e a construção de projetos civilizatórios superadores dos legados limitantes do antropocentrismo, do capitalismo, em suas múltiplas versões, e de todas as formas de discriminação. Sem dúvida, neste momento histórico, como em momentos prévios, especialmente no Século XX, o papel das lutas contra as forças regressivas e antidemocráticas volta a ter uma grande centralidade. Os Projetos de construção de sociedades mais humanas, solidárias, igualitárias, justas e inclusivas requerem de novas alianças e de mudanças radicais em nossa compreensão da enorme complexidade dos desafios que confrontamos. Apesar da especificidade do campo da Política e da gestão da água e dos serviços de saneamento básico, os processos de democratização deste campo particular, constituem um componente estratégico do processo mais abrangente da democratização substantiva de nossas sociedades.

Referências

BAKKER, K., **An Uncooperative Commodity** Privatizing Water in England and Wales, Oxford: Oxford University Press, 2004.

BARCENA, A. La desigualdad conspira contra la recuperación y el desarrollo. **Conferência Magistral** de despedida de la Secretaria Ejecutiva de la CEPAL. Santiago de Chile, 2022.
Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/la-desigualdad-conspira-la-recuperacion-desarrollo-alicia-barcena>. (Consultado em outubro de 2022).

BRAADBAART O. North–South Transfer of the Paradigm of Piped Water: The Role of the

Public Sector in Water and Sanitation Services, in CASTRO, J.E., HELLER, L. (eds.) **Water and Sanitation Services: Public Policy and Management**, Londres: Routledge, p. 71-85, 2012.

(BRASIL, Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. (Consultado em fevereiro de 2022).

CAF-BID – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA e BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **The Future of Water and Sanitation Services in Latin America, Discussion Report**, Caracas: CAF, 2015. Disponível em: http://mail.sunass.gob.pe/doc/ODS/ods_futuro_sas_al.pdf. (Consultado em setembro de 2018).

CAMDESSUS, M. Financing Water For All. **Report of the World Panel on Financing Water Infrastructure**. Paris: World Water Council, 2003.
Disponível em: https://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents_old/Library/Publications_and_reports/CamdessusReport.pdf. Consultado em setembro de 2022.

CASTRO, J.E., SAURI, D. (Eds.), Coleta e gestão da água de chuva Em áreas urbanas e rurais: Introdução geral e experiências de Argentina, Brasil, Chile, México e Paraguai, **WATERLAT-GOBACIT Working Papers**, Número Especial, v.7, n. 4, 2020. Disponível em: <https://waterlat.org/pt/working-papers-series/volume-7-2020/vol-7-no-4/> (Consultado em outubro de 2022).

CASTRO, J. E., The challenge of universalizing essential water services in Latin America and the Caribbean, in JUUTI, P., MATTILA, H., RAJALA, R., SCHWARTZ, K., STADDON, C. (eds.), **Resilient Water Services and Systems: The Foundation of Well-Being**, Londres: IWA Publishing, p.47-67, 2019.

CASTRO, J.E, Socio-ecological inequality and the democratization process, in SOSA ELÍZAGA, R. (Ed.), **Facing an Unequal World: Challenges for Global Sociology**, Nova York: Sage, p. 301-325, 2018.

CASTRO J. E., Democratizing the politics, management, and access to essential water and sanitation services, in HUMMES C. (Pres.), **Seminario Derecho Humano al Agua. Aportes y perspectivas interdisciplinarias sobre la centralidad de las políticas públicas en la gestión de los servicios**, 23 - 24 de fevereiro de 2017 Cidade do Vaticano: Academia Pontifícia de Ciências p. 181-209, 2017. Disponível em: <https://www.encuentromundi.org/wp-content/uploads/2017/12/Libro-Seminario-Derecho->

[Humano-al-Agua_Roma.pdf](#). Consultado em setembro de 2022.

dimensão teórica da participação e do controle social, in HELLER, L. DE AGUIAR, M., REZENDE, S. C.

Participação e controle social em saneamento básico: conceitos, potencialidades e limites, Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 29-49, 2016a.

CASTRO, J. E., **Água e Democracia na América Latina**. Campina Grande, PA: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Rede WATERLAT-GOBACIT, 2016b. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/tn4y9>. Consultado em outubro de 2022.

CASTRO, J. E., Barriers to and conditions for the involvement of private capital and enterprise in water supply and sanitation in Latin America and Africa: Seeking economic, social, and environmental sustainability (PRINWASS Project 2001-2004. *Final Project Report*, União Europeia). *Final Project Report [2004]. WATERLAT-GOBACIT Working Papers*, Special Issue, v.3, n. 2, 2016c.

CASTRO J. E., Democratisation of Water and Sanitation Governance by Means of Socio-Technical Innovation (DESAFIO Project, União Europeia). *Final Project Reports. WATERLAT-GOBACIT Working Papers*, v.2, n. 16, 2015. Disponível em: <https://waterlat.org/WPapers/WPSPIDES216.pdf>. Consultado em outubro de 2022.

CASTRO J. E., HELLER, L., MORAES M. (eds.), **O Direito a Água como Política Pública: uma Exploração Teórica e Empírica**, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Rede WATERLAT-GOBACIT, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3902>. Consultado em outubro de 2022. Ver a edição ampliada deste livro, em espanhol (seguinte referência).

CASTRO J. E., HELLER, L., MORAES M. CALDERA, A. (eds.), **El Derecho al Agua como Política Pública en América Latina: una Exploración Teórica y Empírica**, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Red WATERLAT-GOBACIT e Universidad de Guanajuato, México, 2022.

CASTRO, J.E., HELLER, L. (eds.) **Water and Sanitation Services: Public Policy and Management**, Londres: Routledge, 2012.

CASTRO, J. E., Participación privada en los servicios de agua y saneamiento: ¿la respuesta a las fallas del sector público? *Revista GESTA*, v. 1 n.1, p. 1-20, 2013.

<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/gesta/article/view/7102>. Consultado em setembro de 2022.

CASTRO J. E., Systemic conditions and public policy in the water and sanitation sector, in CASTRO, J.E., HELLER, L. (eds.) **Water and Sanitation Services: Public Policy and Management**, Londres: Routledge, p. 19-37, 2012.

CASTRO, J. E., **Water, Power, and Citizenship. Social Struggle in the Basin of Mexico**, Houndmills, Basingstoke, Reino Unido e Nova York: Palgrave-Macmillan, 2006.

CASTRO J. E., Neoliberal water and sanitation policies as a failed development strategy: lessons from developing countries, **Progress in Development Studies**, v. 8, n.1, p. 63-83, 2008.

CASTRO, J. E., Poverty and citizenship: sociological perspectives on water services and public-private participation”, **Geoforum**, v. 38, n.5, p. 756-771, 2007.

CASTRO, J.E., Water governance in the twentieth-first century, **Ambiente e Sociedade**, v. 10, n.2 , p. 97-118, 2007.

CASTRO, J. E., Agua y gobernabilidad: entre la ideología neoliberal y la memoria histórica, **Cuadernos del CENDES** n. 59, p. 1-22., 2005.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, **Second Annual Report on Regional Progress and Challenges in Relation to the 2030 Agenda for Sustainable Development in Latin America and the Caribbean**, Santiago de Chile: CEPAL, 2018. Available at: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43439/5/S1800379_en.pdf (consultado em outubro de 2022).

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, **Horizons 2030: Equality at the Centre of Sustainable Development**. Santiago de Chile: CEPAL, 2016.

Disponível em: <https://periododesesiones.cepal.org/36/en/documents/horizons-2030-equality-centre-sustainable-development-summary> (consultado em outubro de 2022).

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, Santiago de Chile: CEPAL, **Latin America and the Caribbean: Looking Ahead after the Millennium Development Goals**. Regional Monitoring Report on the Millennium Development Goals in Latin America and the Caribbean, 2015.

Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38924/S1500708_en.pdf (consultado em outubro de 2022).

DESAFIO, **Democratização da Governança dos Serviços de Água e Esgotos por Meio de Inovações**

Sociotécnicas, 2013-2015. Disponível em:

<http://desafioglobal.org/pt>.

Consultado em setembro de 2022.

ELIAS, N., Human interdependences: problems of social bonds[sections on the concept of development, v. 5 **Collected Works of Norbert Elias**, Dublin: University College Dublin Press p. 129ff, 2012.

ELIAS, N., **The Civilising Process**, Oxford e Cambridge, Reino Unido, Basil Blackwell, 1994.

FLORES FERNÁNDEZ, C., Mito y realidad de la privatización de los servicios sanitarios urbanos. Lecciones del caso chileno, **WATERLAT-GOBACIT Working Papers**, , v.7, n. 3., p. 25-60, 2020.

Disponível em: <https://zenodo.org/record/4416097>.

Consultado em outubro de 2022.

GOMES, U. A. F. MIRANDA, P.C., PENA, J.L., SOUSA, C.M., CEBALLOS, B.S.O., Elementos para uma avaliação crítica do programa brasileiro de formação e mobilização social para convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), em CASTRO J. E., HELLER, L., MORAES M. (eds.), **O Direito a Água como Política Pública: uma Exploração Teórica e Empírica**, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p. 227-244, 2015. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3902>.

Consultado em outubro de 2022.

GONZÁLES CASANOVA, P., El colonialismo interno [originalmente publicado em 1965], **Sociología de la Explotación**, Buenos Aires: CLACSO, p. 185-234, 2006.

GOUBERT, J.P., **The Conquest of Water: The Advent of Health in the Industrial Age**, Princeton: Princeton University Press, 1989.

HALL, D., **Why public-private partnerships don't work**.

The many advantages of the public alternative, Londres, University of Greenwich, 2015

Disponível em: https://www.world-psi.org/sites/default/files/rapport_eng_56pages_a4_lr.pdf. (Consultado em outubro de 2022).

HALL, D., LOBINA, E. Financing water and sanitation: public realities. **WATERLAT-GOBACIT Working Papers**, v.3 n.5, p.7-37, 2016a.

Disponível em:

<http://waterlat.org/WPapers/WPSATCUASPE35.pdf>.

(Consultado em outubro de 2022).

HALL, D., LOBINA, E. Conflicts, companies, human rights, and water. A critical review of local corporate practices and global corporate

initiatives. **WATERLAT-GOBACIT Working Papers**, v.3 n.5, p.38-112, 2016b.

Disponível em:

<http://waterlat.org/WPapers/WPSATCUASPE35.pdf>.

(Consultado em outubro de 2022).

MENNELL, S. (2007) **The American Civilising Process**, Cambridge: Polity Press, 2007.

METCALFE, C., CASTRO, J.E. (2020), Meeting the Sustainable Development Goals for Water and Sanitation”, In METCALFE, CD, MENONE M., COLLINS, P., TUNDISI., J (Eds.), **The Paraná River Basin: Protecting Ecosystem Services Through Effective Water Management**. The Earthscan Series on Major River Basins of the World, Londres: Routledge, p. 161-180, 2020.

PIAGET, J. **The Grasp of Consciousness**, Londres: Routledge, and Kegan Paul, 1977.

SWYNGEDOUW, E.A., Troubled Waters: The Political Economy of Essential Public Services, in CASTRO, J.E., HELLER, L. (eds.) **Water and Sanitation Services: Public Policy and Management**, Londres: Routledge, p. 38-55, 2012.

SWYNGEDOUW, E.A., Power, Nature, and the City. The conquest of water and the political ecology of urbanization in Guayaquil, Ecuador 1880-1980, **Environment and Planning A**, v.18,n.2,p. 311-32, 1997.

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization. **The Problems of the Arid Zone**. Proceedings of the Paris Symposium, Paris: UNESCO, 1962.

Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000070024>.

(Consultado em outubro de 2022).

WATERLAT-GOBACIT, Lutas pela Água: Interseccionalidades de Classe, Gênero e Etnicidade **X Reunião internacional da Rede WATERLAT-GOBACIT**, 7-11 de outubro, Concepción, Bío-Bío, Chile: Universidad de Concepción, 2019.

Disponível em:

<https://waterlat.org/pt/encontros/encontros-abertos/waterlat-gobacit-x-concepcion-2019/>.

(Consultado em outubro de 2022).

WHO-UNICEF – World Health Organization, and United Nations Children's Fund (2014).

Progress on Sanitation and Drinking-Water - 2014 Update. Nova York: WHO-UNICEF, 2014

Disponível em:

http://www.who.int/water_sanitation_health/publications/2014/jmp-report/en/ (Consultado em setembro de

2018).